



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE 2025**

-----No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: José Alberto Domingos Rodrigues, Nuno Miguel Martins Bandeira, Graciano Antunes Rodrigues e Bárbara Patrícia Correia Serra. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----O senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dezoito horas, referindo que fazendo parte da ordem do dia o Projeto das Obras de Recuperação e Musealização da Casa Alice Sande - Proposta de Aprovação de Projeto de Execução informou que, primeiramente, irá ser dada prioridade à apresentação do mesmo pelo senhor Arq. Carlos Santos, que fez o enquadramento do projeto e o que se pretende realizar com o mesmo, procedendo ao esclarecimento às questões colocados pelo Executivo.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. – FALTAS -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA -----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA/MOÇÃO DE AGRADECIMENTO PELO TRABALHO E ESFORÇOS INCANSÁVEIS DOS BOMBEIROS DE PORTUGAL-----

3.3 – MUNICÍPIO DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO-----

3.4 – UNIDADE PASTORAL DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO-----

3.5 – HOMENAGEM A MONSENHOR NUNES PEREIRA POR OCASIÃO DOS 120 ANOS DO SEU NASCIMENTO E DOS 25 ANOS DA SUA MORTE-----

3.6 – CONSELHO LOCAL DE SAÚDE MENTAL/ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GÓIS-----

3.7 – PROTOCOLO NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA CHRONOSPHERE – MUSIC FESTIVAL-----
3.8 – HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO RURAL DE DUAS PARCELAS DE PRÉDIO RÚSTICO TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE GÓIS-----
3.9 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2025/450.30.003/95/RATIFICAÇÃO-----
3.10 – OBRAS PARTICULARES/PROCESSO Nº 2025/450.10.235/3/RATIFICAÇÃO-----
3.11 – CIRCULAR EXTERNA CARVALHAL DOS POMBOS” – RECEPÇÃO DEFINITIVA/PROCESSO Nº OCP-GOI-03/2011-----
3.12 – RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS DE JUNHO DE 2017” PARTE A)/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº OCP-GOI/33/2017-----
3.13 – LARGO MANUEL FRANCISCO MARTINS, ALDEIA DA CABREIRA/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº 2021/300.10.001/6-----
3.14 – “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - UNIÃO DE FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL - REVISÃO DE PREÇOS, CONTA FINAL DA EMPREITADA E AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/12-----
3.15 – “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - FREGUESIAS DE GÓIS E VILA NOVA DO CEIRA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/CONTA FINAL DA EMPREITADA/REVISÃO DE PREÇOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/11-----
3.16 – PROCEDIMENTO PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONSULTA PRÉVIA PARA PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A COMAREIRA, AIGRA NOVA, AIGRA VELHA, PENA, ALVARES, CHÃ DE ALVARES, CORTES, CABREIRA E COLMEAL E APRESENTAÇÃO DE ORU PARA AS ARU DE ALVARES, CABREIRA E CORTES-----
3.17 – PROJETO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA ALICE SANDE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO-----

3.18 – EEA GRANTS - PDP-3 RIO CEIRA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PDP – 3 - GESTÃO DA BACIA DO RIO CEIRA

3.19 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 18/2025/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 15 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 13-----

3.20 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo que na sequência da questão da senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra sobre a intervenção na estrada de Carvalhais pôde constatar, in loco, que os trabalhos estão concluídos. No seguimento dos sucessivos encerramentos da Conservatória do Registo Civil de Góis, assunto abordado na última reunião do Executivo, foi por si remetido um mail ao senhor Presidente do IRN no sentido de ter conhecimento para quando é que está previsto o normal funcionamento dos serviços. Nesse sentido, informou ter sido rececionado mail no qual explica a escassez de recursos humanos, tendo sido aberto procedimento concursal para o recrutamento de dois técnicos, tendo o mesmo ficado deserto, dispondo atualmente o serviço de Góis de um Oficial de Registos e uma A.T., estando um de baixa médica e outro em gozo de férias, durante o período de 01 a 12 do mês em curso, tendo sido solicitado reforços para assegurar o funcionamento permanente dos serviços, facto que não veio acontecer, tendo somente no dia 01 e 10 de setembro estado presente no serviço o oficial. Referiu que durante o mês de junho foi aberto procedimento para recrutamento de oficiais, sendo que a Câmara Municipal continuará a envidar esforços para que esta situação se resolva. Relativamente às linhas de alta tensão que passam na zona balnear de Ponte do Sótão referiu que o técnico da Câmara Municipal que está com este procedimento informou que estão a ser tomadas diligências junto da E-Redes para afastamento das linhas em questão no sentido de em caso de incêndio os helicópteros poderem ali abastecer-se. -----

-----No âmbito da Semana Europeia do Desporto, campanha da Comissão Europeia que se celebra anualmente de 23 a 30 de setembro, com o objetivo de promover um estilo de vida mais ativo e saudável em toda a Europa, a qual desafia os cidadãos a serem mais ativos e a praticarem



desporto, sob o lema #BeActive e tem como meta consciencializar sobre os benefícios da atividade física para a saúde física e mental, referiu que o Município de Góis se encontra ao longo deste período a realizar um conjunto diversificado de atividades desportivas, tendo sido realizada uma caminhada noturna na vila de Góis, um torneio de ténis de mesa no pavilhão gimnodesportivo e também uma aula de fitness em Cortes, estando ainda agendadas outras atividades até ao final do mês estando as mesmas divulgadas nas redes sociais do Município.----

-----Referiu que no passado dia 22.09.25, nas instalações da CCDRC, o Ministro da Economia e Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, homologou a assinatura do Termo de Aceitação do projeto “Espaço de Valorização Gastronómica do Vale do Ceira”, entre o Turismo de Portugal, I.P e o Município de Góis, no âmbito da linha + Interior. Este projeto visa revitalizar o equipamento municipal denominado “Casa da Natureza”, transformando-o num espaço moderno dedicado à valorização da gastronomia local, com destaque para a enogastronomia regional. O objetivo é posicionar este equipamento como um ponto de atração turística, fomentando o emprego e o empreendedorismo local. O Parque do Cerejal será também requalificado, promovendo a acessibilidade universal através de percursos adaptados e sinalética inclusiva, permitindo que todos desfrutem da natureza, com foco na promoção da ictiofauna local, com destaque para a Truta Fário. O projeto tem como objetivos: Valorizar o potencial turístico do Rio Ceira, no âmbito da recente certificação da Estação Náutica da Região de Coimbra pela Fórum Oceano, passando a integrar a Rede de Estações Náuticas de Portugal, valorizando deste modo os recursos hídricos e a oferta de experiências turísticas integradas, de qualidade e sustentáveis; promover a espécie Truta Fário e a biodiversidade do rio Ceira, bem como desenvolver uma rota gastronómica supramunicipal, associando Góis a outros territórios vizinhos.-----

-----Referiu ter sido diligenciado, junto da CIM RC, a possibilidade de se fazer uma ligação rodoviária entre Góis e Serpins, com vista a articular com o sistema Metrobus, o qual irá entrar em funcionamento no próximo mês de novembro. Nesse sentido, referiu ter sido proposto o autocarro parar nas paragens de Góis, Vila Nova do Ceira, Serpins, tendo sido os horários propostos definidos em consideração com a atual oferta de transporte, ou seja, quatro circulações, de 2ª a sexta-feira, em ambos os sentidos, e duas ao fim de semana, pelo que caso a proposta seja aceite, terá que ser efetuado um aditamento ao atual contrato sento os custos,

naturalmente, suportados pelo Município. Contudo, traduz-se em mais um meio de transporte ao serviço dos munícipes no sentido de se deslocarem a Coimbra, tendo o Metrobus várias ligações dentro de cidade de Coimbra, sendo uma destas direta ao CHUC.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra iniciou a sua intervenção referindo ser com muita satisfação que estamos em mais uma reunião descentralizada percebendo-se o quanto é importante, pela presença do público que, eventualmente, também irá participar na mesma.-----

-----Relativamente à deliberação que o Executivo tomou sobre o muro de Amiosinho referiu que a última informação prestada à Vereação sobre este processo é que a Câmara Municipal teria tomado o procedimento de informar a outra parte da deliberação e, após essa diligência, foi recebida comunicação dessa mesma parte a qual teria sido encaminhada para a senhora consultora jurídica se pronunciar, pelo que até à data nada mais nos foi comunicado, questionando se já haveria mais informação nesta matéria e se o processo será definitivamente resolvido até ao final do mandato em curso. -----

-----Relativamente aos procedimentos tomados junto do IRN e a resposta obtida por parte desta entidade agradeceu a informação ora prestada pelo senhor Presidente, no entanto referiu denotar-se também uma falta de resolução do nosso governo e da entidade que regula o IRN. Isto porque é sabido que os concursos ficam desertos, não havendo uma outra solução, realçando que se se verificar no procedimento concursal é exigida uma formação específica, na área do direito, salientando a existência de muitas outras formações que dão competência para que sejam exercidas as funções de oficial no IRN, pelo que lançou o repto, a quem de direito, para que na abertura de procedimento concursal a área de formação seja mais diversificada no sentido de haver uma maior procura e, naturalmente, a ocupação dos referidos lugares. -----

-----Relativamente à ligação de Góis-Serpins ao Metrobus referiu ser uma boa aposta, pois acabamos por ter uma maior oferta de transportes. No entanto, para que tudo corra dentro da normalidade e, uma vez que existe uma nova empresa a operar no sistema de transporte, terá que se saber se o passe do Sit-flexi funciona no Metrobus ou se os munícipes terão que adquirir um bilhete e se terão mais custos face aos que já têm.-----

-----O senhor Presidente em relação à deliberação tomada pela Câmara Municipal relativa à demolição do muro em Amiosinho referiu que tratando-se de uma questão de direito naturalmente uma ação desencadeia uma reação, tendo efetivamente havido uma reação da outra parte neste processo após conhecimento da deliberação do Executivo, pelo que será um processo que terá que ser resolvido judicialmente. Foi também rececionada comunicação do tribunal em função de uma comunicação de um dos lesados na zona em questão no qual solicita um conjunto de documentação estando a ser tomadas as necessárias diligências para a facultar. Em relação à questão do IRN referiu que como é do conhecimento geral os serviços da administração pública têm as suas particularidades e especificidades, sendo que os serviços de registo e notariado exigem conhecimento de legislação, pelo que quando se opta pela abertura de um procedimento para recrutamento de recursos humanos e é solicitado formação na área do direito é pelo simples facto de o opositor estar mais habilitado para o exercício das funções neste serviço. Referiu que no passado era feito o recrutamento de pessoas sem qualquer formação superior, havendo formações ao longo do exercício das suas funções, porém ao longo dos tempos as pessoas frequentaram o ensino superior e, naturalmente, há um número maior de pessoas habilitadas para o exercício das funções, sendo que os A.T. estão limitados ao exercício de funções compatíveis com o seu nível de formação, salientando que o bom era as vagas existentes terem sido preenchidas através do concurso aberto para esse mesmo efeito. Em relação ao Metrobus referiu que o que está previsto é que no mês de novembro entre em funcionamento a linha de Coimbra-Serpins esperando que, nessa altura, a proposta apresentada pelo Município de Góis esteja resolvida de maneira a ser mais uma opção de transporte para os nossos munícipes. Quanto ao passe referiu não estar previsto que o passe do Sit-Flexi sirva para andar no MetroBus.-----

-----O senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues questionou se houve algum avanço relativamente às obras que se pretendem realizar no Centro de Saúde de Góis, pois como pôde constatar, em outro município e vizinho as obras apoiadas pelo PRR e destinadas à saúde, já terão sido adjudicadas. Em relação à requalificação da Casa da Natureza questionou se o projeto já se encontra concluído para que se possa avançar com a candidatura. Em relação à ligação de Góis ao Metrobus manifestou a sua satisfação caso venha a acontecer, pois foi um assunto, várias

vezes abordado, em sede do Executivo, questionando se a proposta apresentada é definitiva ou, se se trata apenas de uma experiência para verificar a afluência por parte dos passageiros, no sentido de se obter conhecimento para vir a ser, ou não, um transporte definitivo ao serviço da população.-----

-----O senhor Presidente referiu que em relação ao Centro de Saúde irá dar a palavra à senhora Chefe da DGUPA para se pronunciar. Sobre a Casa da Natureza referiu ter sido assinado um contrato-programa pelo que teremos que aguardar para que se possa passar às fases seguintes. Em relação ao Metrobus referiu ter sido solicitado que seja incluído nas linhas de transportes existentes no concelho de Góis a ligação ao Metrobus, ou seja, será mais uma linha a acrescentar às existentes. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues agradeceu pela informação prestada sobre o IRN, devendo continuar-se a insistir junto da competente entidade para que os serviços funcionem diariamente, realçando que também a CIM RC o deverá fazer, pelo que se deve continuar a tomar diligências para que esta situação seja definitivamente resolvida. Relativamente ao Metrobus referiu a sua satisfação por ser mais uma opção de transporte, salientando que, no dia de hoje, pôde constar a dificuldade existente para se deslocar de Coimbra a Góis, pelo que entende ser uma boa aposta incluir esta ligação nas linhas de transportes públicos que servem o nosso concelho. Referiu que como a presente reunião se encontra a realizar na freguesia de Vila Nova do Ceira prevaleceu-se para cumprimentar os munícipes desta freguesia, agradecendo ao senhor Presidente da Junta e sua Equipa pela amabilidade com que recebeu o Executivo.-----

-----A senhora Chefe da DGUPA referiu que no que concerne ao projeto de execução do Centro de Saúde já foi entregue tendo sido solicitado pelos serviços um parecer da ULS por ser obrigatório no âmbito da candidatura aguardando o mesmo para que se possa lançar o procedimento para a empreitada. Em relação à Casa da Natureza referiu que será brevemente lançado o procedimento para elaboração do projeto de execução, atendo sido apenas entregue o estudo prévio.-----

-----O senhor Vice-Presidente agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e seu Executivo pela gentileza em receber o Executivo para a realização de mais uma

reunião descentralizada.-----

-----Deu conhecimento do 30º Aniversário da ADESA na qual foi entregue, ao Município de Góis, uma giratória com rodas, equipamento que possibilitará atuar com maior celeridade na limpeza das bermas das estradas. Deu conhecimento que no passado dia 15 de setembro, se iniciou mais um ano letivo pelo que desejou a toda a comunidade escolar um excelente ano. Parabenizou a Comissão de Melhoramentos do Colmeal e a Comissão de Melhoramentos de Cortes pela comemoração de mais aniversário.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

-----a) O senhor António Alberto Figueiredo Machado, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, agradeceu a deslocalização da reunião da Câmara Municipal, bem como toda a colaboração e o apoio incondicional nas obras realizadas neste Mandato nesta freguesia.-----

-----b) A senhora Lúcia Maria Carvalho Nogueira, na qualidade de Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, manifestou a sua satisfação porquanto no início do presente Mandato reportou obras que desejava que fossem concretizadas nesta freguesia as quais já se encontram realizadas, sendo exemplo disso o alcatroamento da via de acesso ao Linteiro. Na qualidade de munícipe agradeceu à organização da 2ª edição do Góis Trail pelos percursos escolhidos para quem participou nas diferentes provas, uma vez que uma das participantes tendo ficado no alojamento local, propriedade de um familiar seu, manifestou o seu contentamento pelas magníficas paisagens que pôde contemplar ao longo de todo o percurso.-----

-----O senhor Presidente referiu congratular a AERGóis Trail Running por mais uma excelente edição do Góis Trail a que muitos se associaram sendo esta iniciativa promotora das belas paisagens existentes no concelho, sendo um contributo valioso na promoção do Município de Góis.-----

-----c) O senhor José Carlos Rodrigues Garcia, munícipe residente em Vila Nova do Ceira, referiu que na anterior reunião foram apresentados dois projetos para a freguesia de Vila Nova do Ceira, ou seja, o Projeto de Execução das Obras de Reabilitação dos Edifícios do JI+EB1 de Vila Nova do Ceira e o Projeto das Obras Requalificação dos Arruamentos em Torno do Adro da Igreja em

Várzea Grande. Referiu ser sua opinião que as obras de reabilitação da escola e jardim de infância teriam feito mais sentido há quinze anos atrás. Relativamente à requalificação dos arruamentos em torno do Adro referiu ser sua posição, comum a mais varzeenses, que o que se pretende realizar descaracteriza toda a zona, pelo que caso o projeto não sofra alterações referentes ao estacionamento que se pretende efetuar na zona da EN342-3 poderá haver uma manifestação junto da Câmara Municipal, pois é seu entendimento, e de muitos, que deve ser mantido como atualmente se encontra.-----

-----O senhor Presidente referiu que o projeto apresentado não visa descaracterizar o adro e toda a envolvente, mas sim fazer com que o trânsito flua melhor, retirando alguns dos estacionamentos existentes a fim de poder haver uma melhor circulação do trânsito, e colocar esses mesmos estacionamentos no lado direito da igreja por forma a não haver os condicionamentos ora existentes, bem como haver uma maior segurança para os peões. Referiu que para o mesmo foi apresentado uma candidatura para financiamento, cujo prazo terminava no dia 24.09.25, tendo sido este prazo, após deliberação do Executivo, objeto de prorrogação. Acresce que qualquer alteração que se faça ao projeto não irá permitir, nesta fase, que se apresente a candidatura para acesso a financiamento, pelo que existindo uma parte dos residentes que não se revê no projeto apresentado o mesmo poderá ser apresentado numa outra fase com as consequências que a apresentação mais tardia deste poderá ter, sendo uma das possibilidades a não disponibilidade de verba para financiar o projeto, face ao número de candidaturas apresentadas, por outros Municípios, numa fase anterior à que se possa vir a apresentar, caso o projeto venha a sofrer algum tipo de alteração. Referiu ainda que as obras devem ser feitas indo ao encontro de quem reside e utiliza os espaços e, por isso, se de facto há um conjunto de pessoas que não se revê no projeto apresentado será equacionado dar os passos necessários para que o projeto sofra alterações, o mais consensual possível, para que não haja o impacto apresentado pelo membro do público. -----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que o projeto apresentado reúne as necessidades, problemas encontrados e manifestados existentes naquele espaço, como o desordenamento do estacionamento, devido aos espaços comerciais ali existentes. -----

-----Para evidenciar o Adro referiu ter sido necessário deslocalizar parte do estacionamento para

criar um certo equilíbrio em toda esta zona, bem como existir uma área para a circulação de peões, tendo a opção de estacionamento recaído na EN342-3, do lado da igreja, com cinco lugares de estacionamento, um dos quais para o carro fúnebre, sem que seja dali retirada a paragem do autocarro, havendo espaço suficiente para a circulação de peões. Referiu que para a zona em questão já foram elaborados outros projetos os quais não foram realizados devido a diversos fatores, pelo que o presente projeto foi reajustado tendo em conta esses mesmos fatores e também todo o enquadramento da zona e ruas envolventes, numa das quais também está previsto a realização de passeios e estacionamentos, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos.-----

-----O senhor Presidente questionou se submetida a candidatura nos termos em que o projeto se encontra é possível alterar o mesmo durante a execução da obra sem que haja nenhum constrangimento financeiro em função do valor alocado para a realização da mesma.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu a existência dessa mesma possibilidade, porém não tem conhecimento qual será o impacto na parte do financiamento, realçando que, normalmente, os trabalhos complementares não são pagos, sendo que na empreitada iriam existir trabalhos a menos, trabalhos complementares, não sendo este pagos.-----

-----O senhor Presidente referiu que havendo a possibilidade de alteração do projeto durante a execução da obra entende que a candidatura deverá ser apresentada com o projeto deliberado pela Câmara Municipal e, posteriormente, ser presente ao Executivo a proposta de alteração em função daquela que é a manifestação da comunidade.-----

-----Dada a palavra o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu entender a posição da senhora Chefe da DGUPA em relação aos estacionamentos e a toda a zona comercial, sendo que muitas vezes o que acontece é serem os próprios proprietários dos estabelecimentos comerciais a estacionarem junto dos mesmos. Ainda sobre os cinco novos lugares de estacionamento fez alguns considerandos sobre a zona em questão, nomeadamente sobre algum tipo de constrangimento que possa resultar, realçando que se se retirar esses mesmos lugares não será prejudicial para que haja acesso por parte das pessoas ao comércio ali existente e a eventos que possam ocorrer na zona do Adro. -----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que o trânsito em torno do Adro só terá um único sentido sendo a circulação do peão prioritária.-----

-----Dada a palavra a senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra sobre o prazo para entrega de candidaturas referiu ter sido informado, em anterior reunião, que seria até ao dia 24.09.25, sendo que ora foi-nos comunicado que o prazo foi prorrogado, tendo questionado até quando será essa mesma prorrogação.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que será ao dia 17.06.2026.-----

-----O senhor Presidente referiu que a dada a data inicialmente prevista, 24.09.25, a Câmara Municipal tomou como procedimento elaborar os projetos anteriormente apresentados porquanto nos foi comunicado que todos os projetos com maturidade deveriam avançar imediatamente sendo isso que estamos a fazer pelo que prorrogando-se o prazo até 2026 quem apresentar mais rápido os projetos poderá ver a candidatura mais depressa aprovada e financiada. -----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que a dotação que o Município de Góis tem sinalizada nos ITI's para os projetos presentes ao Executivo não é nem pouco mais ou menos suficiente para fazer face aos mesmos, pelo que quanto mais cedo apresentarmos os projetos melhor pode ser reforçada essa verba.-----

-----O senhor Presidente referiu que o atual projeto será submetido a financiamento através de candidatura para o efeito, sendo que à posterior poderá o novo Executivo deliberar no sentido de o alterar.-----

-----d) O senhor Paulo Manuel Nogueira Santos iniciou a sua intervenção referindo que ao longo deste Mandato, em regime de substituição do senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues, teve a oportunidade de integrar este Executivo, congratulando-se pela forma honrosa que todos participaram, embora houvesse debate de ideias, o debate foi sempre construtivo em prol do desenvolvimento de Góis, regozijando-se por ter estado presente. Dirigiu felicidades a quem irá continuar na vida autárquica e a quem se despede neste mandato desejou boa sorte.-----

-----Sobre o Metrobus referiu não ter percebido se se trata ou não de um projeto piloto, pois pelo que tem visto em outros concelhos onde este transporte passará é que existe um circuito próprio

para a circulação deste, daí a sua questão, porquanto não se apercebeu se o referido circuito que serve Serpins projetar-se-á até Góis. -----

-----Sobre esta questão o senhor Presidente informou ter sido solicitado a ligação dos autocarros que efetuam os transportes nas linhas atualmente existentes entre Góis e Serpins para que o passageiro possa deslocar-se até ao Metrobus na localidade de Serpins. Mais referiu que quando o Executivo aprovou o projeto para o Metrobus foi também aprovado o prolongamento das linhas Serpins-Arganil, bem como outras linhas até Condeixa e Mealhada, em que havia um custo associado a esse mesmo prolongamento, sendo o custo da obra associado a Góis de cerca cento e quarenta milhões de euros e de passageiro na ordem dos duzentos euros, tendo sido uma maneira de nos informar que devido aos valores envolvidos seria quase impossível o prolongamento da referida linha. Pelo que foi nesse sentido que foi proposto a ligação das linhas de transporte público que servem Góis ao Metrobus de Serpins para ser mais uma alternativa no serviço de transportes.-----

-----Dada a palavra o senhor Paulo Manuel Nogueira Santos agradeceu o esclarecimento. Um outro assunto que desejava ter conhecimento era sobre o passadiço existente em Várzea Pequena, por si abordado em anterior reunião da Câmara Municipal, uma vez que os proprietários da propriedade ao cimo do mesmo informaram que o mesmo era sua propriedade. Relembrou que o passadiço tem mais de noventa anos sendo óbvio que há data os munícipes utilizavam mais essa passagem que presentemente, no entanto a mesma passagem é utilizada para outras propriedades por parte dos seus proprietários. Acresce a este facto que na parte de trás existe uma garagem, não sabendo como é que o proprietário desta consegue ali guardar as suas viaturas, salientando a existência de um outro caminho, porém devido à degradação do mesmo certamente não reúne condições para a passagem de um veículo, pelo que questionou qual o ponto de situação deste processo.-----

-----O senhor Presidente deu a palavra à senhora Chefe da DGUPA que informou que os serviços de fiscalização já estiveram no local tendo sido feito uma recolha de algumas sensibilidades existentes no local, estando presentemente o assunto em sua posse, tendo sido proposto pelos serviços interpelar a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira se é ou não um caminho público dado ser da competência da Junta de Freguesia a administração desses espaços, pelo que após

pronúncia da Junta de Freguesia o Município tomará uma decisão sobre o assunto.-----

-----Dada a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira referiu ter sido interpelado por um freguês sobre o assunto pois a informação que teria é que foi consultado um advogado e informou que poderia ser o caminho fechado porquanto existe uma estrada alternativa. Face a estes dados, referiu ter sido por si solicitado um parecer jurídico no âmbito da informação prestada à sua pessoa sobre o assunto, que pelos dados facultados informou que o caminho poderia ser fechado. Contudo, entendeu solicitar um outro parecer no sentido de haver um outro esclarecimento sobre o assunto. -----

-----Dada a palavra o senhor Paulo Manuel Nogueira Santos referiu que o caminho em questão não pode ser denominado como estrada, questionando apenas que a pessoa que se serve deste caminho para chegar à sua garagem, como é que o fará se o caminho estiver fechado, havendo a possibilidade de ser aberta uma estrada em condições ou então abrir novamente o passadiço para o munícipe ter acesso à sua garagem. -----

-----Dada a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira referiu que a referida estrada atualmente não reúne condições para nela se circular, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos.-----

-----O senhor Presidente referiu que qualquer parecer solicitado sobre ao assunto deve ter como princípio a deslocação ao local para verificação de todos os factos para que após essa fase se possa tomar os devidos procedimentos.-----

-----Sobre a presença do senhor Paulo Santos nas reuniões da Câmara Municipal, ainda que em regime de substituição do senhor Vereador do PS, agradeceu a forma elevada como esteve nas reuniões apresentando assuntos pertinentes na ótica de defesa dos interesses do concelho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia onze de setembro de 2025, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor Vice-Presidente, não participou na votação por não ter estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA/MOÇÃO DE AGRADECIMENTO PELO TRABALHO E ESFORÇOS INCANSÁVEIS DOS BOMBEIROS DE PORTUGAL – A Câmara tomou conhecimento da Moção de agradecimento pelo trabalho e esforços incansáveis dos bombeiros de Portugal no combate aos incêndios remetida pela Assembleia Municipal de Bragança.-----

3.3 – MUNICÍPIO DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO – O senhor Presidente referiu que no âmbito da realização das obras por administração direta de beneficiação/pavimentação da CM 1366 entre o Inviando e a Luzenda, a circulação automóvel esteve interdita e/ou condicionada desde do dia 17 de setembro, até à conclusão dos respetivos trabalhos, conforme Aviso elaborado para esse mesmo efeito, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal o condicionamento de trânsito solicitou que o Executivo ratificasse o despacho do senhor Vice-Presidente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de restrição de tráfego na referida via. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – UNIDADE PASTORAL DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO – O senhor Presidente referiu que no âmbito da realização de eventos religiosos - Festa de Santa Maria Maior, na freguesia de Góis, no dia 14 de setembro, pelas 18h00, a circulação automóvel esteve condicionada em algumas das ruas da vila de Góis, conforme Aviso elaborado para esse mesmo efeito, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal o condicionamento de trânsito solicitou que o Executivo ratificasse o seu despacho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de restrição de tráfego nas referidas vias. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – HOMENAGEM A MONSENHOR NUNES PEREIRA POR OCASIÃO DOS 120 ANOS DO SEU NASCIMENTO E DOS 25 ANOS DA SUA MORTE – O senhor Presidente referiu que em 2026 irá

assinalar-se os 120 anos do nascimento de Monsenhor Augusto Nunes Pereira, nascido a 03 de dezembro de 1906, na Mata, Fajão, Pampilhosa da Serra, e os 25 anos da sua morte, 01 de junho de 2001, Coimbra, pelo que o Seminário Maior de Coimbra pretendeu prestar-lhe justa homenagem, dando a conhecer a sua obra artística, literária, jornalística e pastoral, bem como a sua dimensão humana, cujo impacto permanece vivo junto das comunidades com as quais interagiu. Para a concretização deste objetivo, o Seminário Maior de Coimbra convidou várias entidades da Região de Coimbra para a constituição de uma Comissão de Homenagem, que atualmente integra sete municípios (Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil, Lousã, Cantanhede, Coimbra e Montemor-o-Velho) e duas instituições (Seminário Maior de Coimbra e Museu Nacional de Machado de Castro).-----

----Referiu que Monsenhor Augusto Nunes Pereira constitui uma figura ilustre da nossa região, tendo deixado também no nosso concelho testemunhos do seu trabalho principalmente como artista e humanista. Neste contexto, destaca-se a Igreja da Ponte do Sótão, cujo edifício é reflexo do seu traço, bem como os vitrais, a via-sacra e demais peças que compõem o interior do espaço religioso, também da sua autoria. Ainda em Góis, Monsenhor dedicou a sua produção artística, tanto quanto nos é possível hoje saber, a pelo menos um desenho a tinta da china do Túmulo de D. Luís da Silveira e outro, a lápis de carvão, da Ponte Real. Do seu interesse pelo património cultural refira-se ainda a coautoria, com João de Castro Nunes, dos livros “A Pedra Letreira” e “A Pedra Riscada”, dois monumentos de arte rupestre. Atendendo a estes factos, o Município aceitou integrar a referida Comissão. Referiu ainda que à Comissão coube a construção do programa da homenagem, designada “Nunes Pereira: do Nascimento ao [Re]nascimento” que, entre dezembro de 2025 e dezembro de 2026, incluirá um conjunto diversificado de atividades e de eventos nos diferentes Municípios associados, estando previsto no dia 20 setembro 2026 (domingo) a celebração de missa e visita à requalificada Igreja da Ponte de Sótão e inauguração de mural, sendo pertinente assegurar o compromisso futuro do Município de Góis na participação ativa destas comemorações, em articulação com os restantes parceiros.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs à Câmara Municipal que delibere no sentido da presença do Município nesta iniciativa, bem como a sua participação na organização das atividades a desenvolver em parceria com os demais membros da Comissão de Homenagem.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que o Município de Góis esteja presente nesta iniciativa, bem como participe na organização das atividades a desenvolver em parceria com os demais membros da Comissão de Homenagem.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – CONSELHO LOCAL DE SAÚDE MENTAL/ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GÓIS

– O senhor Presidente referiu que de acordo com o Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro, que estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental, onde se enquadram os Conselhos Locais de Saúde Mental (CLSM). Referiu que os Conselhos Locais de Saúde Mental são órgãos consultivos dos serviços locais de saúde mental, neles estando representadas as entidades com intervenção na área da saúde mental a nível local, nomeadamente os representantes do poder local, as comissões de proteção de crianças e jovens e as associações de utentes e de familiares, sendo o mandato dos membros dos CLSM de três anos. -----

----Face ao exposto, referiu que tendo em conta o pedido efetuado pela CIM-RC, para a designação de representante do Município de Góis, propôs que a Câmara Municipal delibere que a representante da autarquia neste órgão, tendo em conta que é uma das responsáveis pelo processo de transferência de competências na área da saúde, seja a Técnica Superior Liliana Catarina Lote Temprilho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, eleger a Técnica Superior Liliana Catarina Lote Temprilho como representante do Município de Góis no Conselho Local de Saúde Mental.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – PROTOCOLO NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA

CHRONOSPHERE – MUSIC FESTIVAL

– O senhor Presidente referiu que a FOX FLEET UNIPessoal LDA, com sede no Reino Unido, estabeleceu contacto com o Município de Góis, através da sua colaboradora Rita Silva, de modo a propor a dinamização da iniciativa “Chronosphere – Festival de Música”, da sua organização, no concelho e Vila de Góis. De acordo com a referida entidade promotora, este evento, a decorrer no final do mês de agosto de 2026, tem vindo a assumir um conceito sustentável, interdisciplinar de música eletrónica e experimental, artes visuais, bem-

estar e consciência ecológica, prevendo-se uma participação de 5.000 pessoas, o que consequentemente será uma alavanca cultural, turística e económica para o concelho de Góis.--

-----Referiu que para a realização da iniciativa foi solicitado, ao Município de Góis, algum apoio de natureza logística, institucional e promocional, através da assinatura de protocolo, entre ambas as partes, não implicando qualquer encargo financeiro direto para o Município, no qual se encontram plasmadas as competências de cada um dos Outorgantes, conforme documento facultado ao Executivo. Salientou que o presente Festival irá acontecer após as Festas do Concelho e da Concentração Moto turística de Góis, sendo possível uma reutilização das condições logísticas impostas pela dimensão da organização destes eventos, de maior escala, da agenda cultural do concelho. Mais referiu que, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, al. u) e ff) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal promover e apoiar atividades de natureza social, cultural, recreativa e eventos relacionados com atividades económicas de interesse municipal.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente, em conformidade com a alínea d), do nº 2, do artigo 23º e alíneas u), ee) e hh), do nº 1, do artigo 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propôs que a Câmara Municipal deliberasse subscrever o citado Protocolo.---

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu que estando este Executivo a escassos dias de terminar as suas funções questionou qual o motivo para que seja presentemente deliberado este assunto tendo em conta que a data proposta para a realização do referido festival é no final de agosto do ano de 2026.-----

-----O senhor Presidente referiu que o assunto foi presente a esta reunião pelo facto dos promotores terem solicitado que a Câmara Municipal se pronunciasse atempadamente na ótica de terem que proceder a um conjunto de procedimentos para que o festival seja realizado no nosso território. Efetivamente, este festival realiza-se em outros locais da Europa, tendo um público alvo, sendo que poderá sempre questionar o porquê ser promovido um outro evento após a realização da concentração mototurística, com uma dimensão considerável, todavia o que no foi transmitido é que se trata de uma iniciativa para um público específico.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora referiu que a cláusula 5ª do protocolo refere que “o presente Protocolo não implica qualquer encargo financeiro direto para o Município, exceto os

inerentes aos serviços já contratualizados no âmbito da sua atividade regular”, pelo que solicitou os devidos esclarecimentos.-----

-----O senhor Presidente em relação aos serviços contratualizados referiu serem os dos eventos anteriores à data do festival, ou seja, será um prolongamento dos equipamentos existentes no local a fim de poderem ser utilizados nesta iniciativa.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora referiu que, nessa ótica, efetivamente haverá um custo associado no que concerne ao prolongamento dos equipamentos no espaço em questão.-----

-----O senhor Presidente referiu que naturalmente esse mesmo custo terá que ser negociado com as empresas prestadoras desses serviços.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora referiu que acresce a esse custo o apoio logístico o qual requer também a disponibilidade de recursos humanos o que também será uma situação que terá que ser devidamente equacionada, pois trata-se de um mês de muito trabalho.-----

-----O senhor Presidente referiu que todas as questões colocadas são pertinentes, salientando que se a realização deste festival fosse anterior a este mês faria mais sentido, contudo a proposta foi-nos presente para levar a efeito o festival no mês de agosto.-----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que dos contactos realizados com a empresa foi por nós sugerida uma outra data no sentido de existir um apoio financeiro por parte do Turismo de Portugal, porquanto está a direccionar apoios para levar a efeito eventos na chamada época baixa, porém o promotor do evento não deu abertura para reagendar o mesmo para uma data diferente, sendo a altura ideal final de agosto ou início de setembro, pelo que cabe ao Executivo se pronunciar no sentido de deliberar ou não apresente proposta.-----

-----O senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referiu concordar com a presente proposta pelo que, deve o assunto avançar independentemente de estarmos no final deste mandato, até porque quem vier pode tomar os procedimentos que entender junto da promotora deste festival. Tendo em conta a logística necessária para a realização da concentração mototurística questionou se foi realizada reunião com os promotores deste evento simplesmente pelo facto de após a concentração existir todo um trabalho de desmontagem de alguns contentores/stands existentes no terreno e outro para ser montado, pelo que deverá esta situação ser devidamente acautelada, questão a que o senhor Vice-Presidente referiu que se encontra tudo acautelado.---

-----O senhor Presidente referiu que efetivamente a empresa foi devidamente informada sobre os procedimentos que são tomadas para a realização da concentração mototurística, tendo esta informação sido complementada pelo senhor Vice-Presidente em virtude de os promotores terem estado presentes na concentração para terem conhecimento do espaço e de toda a logística que o mesmo envolve para a realização do evento. -----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que o Município de Góis celebre o Protocolo com a FOX FLEET UNIPESSOAL LDA, para efeitos da dinamização da iniciativa “Chronosphere – Festival de Música”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO RURAL DE DUAS PARCELAS DE PRÉDIO RÚSTICO

TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE GÓIS – Foi presente a informação da DAG – Contratação Pública, datada de 22.09.25, relativa à Hasta Pública para Arrendamento Rural de duas Parcelas de Prédio Rústico Titularidade do Município de Góis, Processo Nº 2025/300.50.201/14.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, revogar o presente procedimento e proceder a abertura de nova publicação de Hasta Pública para Arrendamento rural de duas parcelas de prédio rústico titularidade do Município de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2025/450.30.003/95/RATIFICAÇÃO

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 02.09.25, relativa ao processo Nº 2025/450.30.003/95, tendo o senhor Presidente referido que deferiu o pedido sobre a compropriedade requerida, tendo em conta a data da escritura, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal deliberar sobre o assunto solicitou que seja ratificado o seu despacho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de deferimento de constituição de compropriedade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/PROCESSO Nº 2025/450.10.235/3/RATIFICAÇÃO

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 16.09.25, relativa ao processo Nº 2025/450.10.235/3, tendo o senhor Presidente referido que dada a urgência manifestada pelos requerentes, foi pelo senhor Vice-Presidente deferido o pedido sobre a compropriedade requerida, de acordo com o disposto

no ponto nº 3 do art. 35º - do decreto-lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal deliberar sobre o assunto solicitou que seja ratificado o despacho do senhor Vice-Presidente.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente de deferimento de constituição de compropriedade.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – CIRCULAR EXTERNA CARVALHAL DOS POMBOS” – RECEPÇÃO DEFINITIVA/PROCESSO Nº OCP-GOI-03/2011 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 13.03.25, relativa ao PROCESSO Nº OCP-GOI-03/2011.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Recepção Definitiva da obra.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS DE JUNHO DE 2017” PARTE A)/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº OCP-GOI/33/2017 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 03.02.25, relativa ao PROCESSO Nº OCP-GOI/33/2017.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

----a) Aprovar a Revisão de Preços (+19.708,91€);-----

----b) Aprovar a Conta Final da Empreitada;-----

----c) Aprovar o Auto de Vistoria para libertação de valores retidos (resto 1.924,97€+1.924,97€);-----

----d) Marcar a vistoria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – LARGO MANUEL FRANCISCO MARTINS, ALDEIA DA CABREIRA/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº 2021/300.10.001/6 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 19.03.25, relativa ao PROCESSO Nº 2021/300.10.001/6.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, marcar a vistoria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE

OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - UNIÃO DE FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL - REVISÃO DE PREÇOS, CONTA FINAL DA EMPREITADA E AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/12 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 10.01.25, relativa ao PROCESSO Nº 2019/300.10.001/12.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----a) Aprovar a Revisão de Preços - Cálculo Negativo: -1.997,86€. A empresa terá de devolver ao Município o valor em referência;-----

-----b) Aprovar a Conta Final da Empreitada;-----

-----c) Aprovar o Auto de Vistoria e libertação de valores retidos perfazendo 90% do valor retido, em termos de numerário e garantia.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.15 – “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - FREGUESIAS DE GÓIS E VILA NOVA DO CEIRA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/CONTA FINAL DA EMPREITADA/REVISÃO DE PREÇOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/11 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 10.01.25, relativa ao PROCESSO Nº 2019/300.10.001/11.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----a) Aprovar a Revisão de Preços - Cálculo Negativo: -2.168,28€. A empresa terá de devolver ao Município o valor em referência;-----

-----b) Aprovar a Conta Final da Empreitada;-----

-----c) Aprovar o Auto de Vistoria e libertação de valores retidos perfazendo 90% do valor retido acumulado, em termos de numerário e garantia.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.16 – PROCEDIMENTO PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONSULTA PRÉVIA PARA PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A COMAREIRA, AIGRA NOVA, AIGRA VELHA, PENA, ALVARES, CHÃ DE ALVARES, CORTES, CABREIRA E COLMEAL E APRESENTAÇÃO DE ORU PARA AS ARU DE ALVARES, CABREIRA E CORTES

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.09.25, relativa ao Processo Nº 2024/300.10.005/59.-----

-----O senhor Presidente referiu que a empresa SÍNTESE, Consultadoria em Planeamento, Lda., desenvolveu para o Município de Góis o processo de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) dos lugares de Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Alvares, Chã de Alvares, Cortes, Cabreira e Colmeal. -----

-----Referiu que as ARU são áreas territorialmente delimitadas que justificam uma intervenção integrada, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência – dos pontos de vista do uso, da solidez, da segurança, da estética ou ainda da salubridade - dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços verdes e de utilização coletiva (artigo 2º do RJRU). A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana obedece ao disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro e alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nomeadamente no artigo 13º, sendo constituída, por uma Memória Descritiva e Justificativa, pela Planta com a Delimitação da Área abrangida e o Quadro dos Benefícios Fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da lei aplicável em vigor. -----

-----Enquanto política pública, a reabilitação urbana é da incumbência da administração pública, ainda que se considere dever dos proprietários assegurar a reabilitação dos seus edifícios e frações. Assim, compete à Câmara Municipal a elaboração da Delimitação de ARU's, de acordo com a tramitação disposta do RJRU. As intervenções de reabilitação urbana devem desenvolver-se de forma articulada, através de Operações de Reabilitação Urbana (ORU) que ocorrem dentro das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). -----

-----Referiu que deve a Câmara Municipal, num prazo de 3 anos seguintes à aprovação das ARU

das localidades Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Alvares, Chã de Alvares, Cortes, Cabreira e Colmeal, do concelho de Góis, propor à Assembleia Municipal a aprovação da correspondente Operação de Reabilitação Urbana (ORU), que poderá ser simples ou sistemática.-

-----Mais referiu que as delimitações das ARU das localidades supramencionadas integram a seguinte documentação: Memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; Planta com a delimitação da área abrangida; Quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património [IMI, IMT], nos termos da alínea A) do artigo 14.º. por Memória Descritiva da ARU, planta com a delimitação da área e quadro com os benefícios fiscais aplicáveis para cada uma das localidades que fazem parte deste procedimento. -----

-----Referiu ainda que a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana permite e facilita um conjunto de intervenções integradas, desde a salvaguarda do património edificado, à valorização do património cultural e reforço da identidade do lugar, acesso a infraestruturas, dinâmica funcional e de usos, entre outros. Dentro de uma mesma área, congregam-se preocupações e objetivos do âmbito de várias políticas públicas: a política urbanística, a habitacional, ambiental, de transportes, passando ainda pelas políticas públicas de coesão socioeconómica e de proteção e salvaguarda do património. Em relação ao quadro de benefícios fiscais e outros apresentados, referiu que atinge os limites que a legislação permite em relação ao IMI, IMT, IRS, IRC e IVA, sendo ainda proposto no âmbito das competências adstritas à assembleia municipal, no âmbito da fixação do valor das taxas urbanísticas e de edificação, a concessão de incentivos em relação aos valores aplicados à entrada de processos de obras particulares, emissão de alvarás de licença de obra e admissão de comunicações prévias, relativos a ações de reabilitação do edificado.-----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu não ter qualquer dúvida relativa ao assunto em questão, apenas salientou que a redução dos impostos poderá ser mais um incentivo para a fixação de pessoas nas zonas com menor população e também a possibilidade de reduzir o número de imóveis em situação de abandono, facto que é positivo, sendo que com estas novas ARU's praticamente todo o concelho está inserido em ARU's. Referiu que devem os serviços da DGUPA informarem dos benefícios que poderão vir a usufruir quem tem imóveis nestas zonas.-----

-----O senhor Presidente referiu que a intenção da constituição das ARU'S é permitir que com este incentivo algumas aldeias onde existem alguns imóveis degradados, sendo exemplo disso as Aldeias do Xisto, possam vir a recuperar os seus imóveis ou quem as deseja adquirir o possa fazer pelo facto de ter aqui um instrumento que lhe vai permitir ter benefícios que estão associados diretamente a essa compra o que, naturalmente, potencia o interesse em outras localidades no concelho. Referiu que efetivamente estes benefícios terão que ser divulgados, tal como tem sido prática em outras ocasiões, não somente nas redes sociais, mas também junto das Associações de Melhoramentos das localidades inseridas nestas áreas para que possam passar essa informação a eventuais interessados no sentido de terem conhecimento de poderem vir a beneficiar em algum investimento que pretendam realizar no concelho. -----

-----O senhor Vice-Presidente relativamente aos benefícios referiu que em sede de candidaturas públicas e privadas se a área a intervir estiver dentro de uma ARU poderá vir a ter benefícios, daí a necessidade de terem sido incluídas as Aldeias do Xisto que já necessitam de alguma reabilitação, pelo que assim que houver oportunidade o Município terá que fazer uma candidatura para essa mesma reabilitação. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a ARU - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana para as seguintes localidades: Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Alvares, Chã de Alvares, Cortes, Cabreira e Colmeal. -----

-----Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação para que esta produza os seus devidos efeitos.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.17 – PROJETO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA ALICE SANDE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.09.25, relativa ao PROCESSO Nº 2025/300.10.005/53.-----

-----O senhor Presidente referiu que a elaboração do projeto de execução das obras de projeto de execução das obras de recuperação e musealização da casa Alice Sande, ora apresentado pelo senhor Arq. Carlos Santos, é da autoria da empresa DCRS, Engenharia, Lda. e vem dar resposta a uma necessidade da comunidade, criando um museu para dar a conhecer a artista Alice Sande e outros artistas do concelho, para o qual será submetida a candidatura de financiamento no

âmbito dos Avisos de Concurso CENTRO2030-2024-15, sendo a estimativa orçamental: 1.200.932,77 €, acrescido de IVA à taxa legal aplicável (6%), com o prazo de execução de 18 meses.-----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu ter sido um processo extremamente complexo, finalmente conseguiu-se apresentar um projeto ainda que falte um parecer. No entanto, referiu tratar-se de um projeto comum a todos deste Executivo, tal como em Executivos anteriores. Referiu que da análise efetuada e, tendo em conta que o projeto é antigo, existe um artigo no qual é referido o enquadramento no PDM, salientando que com a revisão e a entrada em vigor do novo PDM o artigo em questão foi alterado, pelo que propôs a alteração ao mesmo.-----

-----Sobre essa questão o senhor Presidente informou que irá dar indicação ao serviços para verificarem a situação apontada pela senhora Vereadora. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Execução da empreitada das obras de RECUPERAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA ALICE SANDE, condicionada ao parecer do Património Cultural, devido ao imóvel se encontrar em ZP de imóvel classificado, ao abrigo do artigo 43.º do CCP, considerando que o projeto de execução se encontra completo e tecnicamente validado, encontrando-se assim reunidas as condições necessárias para a sua aprovação para efeitos de cumprimento do grau de maturidade exigido pelo aviso de concurso e posterior integração em Caderno de Encargos de procedimento concursal para formação de contrato de empreitada. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.18 – EEA GRANTS - PDP-3 RIO CEIRA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PDP – 3 – GESTÃO DA BACIA DO RIO CEIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.09.25, relativa ao PROCESSO Nº 2018/850.10.003/9.-----

-----O senhor Presidente referiu que a Comunidade Intermunicipal de Coimbra (CIM-RC), enquanto entidade parceira, veio apresentar aos beneficiários da candidatura - “EEA GRANTS - PDP-3 GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CEIRA FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS” - a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP – 3 - Gestão da bacia

do rio Ceira, para sua análise e aprovação, relativo a acertos temporais e financeiros.-----

-----Referiu que a minuta do contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em anexo, oficializa as condições aprovadas Conselho Intermunicipal da CIM-RC, estas alterações que levaram a assinatura de novo documento consistem resumidamente em: -----

-----a) Adequação da execução do EEA GRANTS do Ceira ao previsto anteriormente em Contrato Interadministrativo. Considerou-se que o procedimento mais adequado seria o de realizar novo contrato, (anexo 1), pois o anterior possuía prazo até 30/6/2023 (anexos 2 e 3), sendo que o PDP3 apenas foi alterado posteriormente em 31/12/2023 e as atividades se estenderam até março de 2024 com revisões definitivas em datas posteriores (anexos 4 e 5) que substituiu o anterior, com efeitos retroativos ao início do projeto. -----

-----b) Existe a necessidade de adequar os compromissos assumidos no Contrato Interadministrativo anteriormente celebrado, nomeadamente em termos temporais e financeiros: -----

-----b.1. Ao previsto em contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021), com vista à execução do Programa de Desenvolvimento - projeto 3 (PDP 3) Gestão da Bacia do Rio Ceira adaptada às Alterações Climáticas com a Agência Portuguesa do Ambiente através da ARH Centro, assinado em dezembro de 2023, com execução até 31 de março de 2024; -----

-----b.2. À real execução realizada nas atividades delegadas pelo Município de Góis na CIM-RC.--

-----Referiu que com esta com esta redação acautela-se todo o período de execução das atividades, assim como se indicam os valores que por limite de rubrica do PDP3 ou por execução após o prazo do PDP3 (caso das revisões de preço), não foram elegíveis. Mais referiu que em relação a Góis foi realizado um investimento de 420.820,91 €, coordenado pela CIM-RC, 3.879,82 € não foram elegíveis, sendo todo o restante financiado a 100%. Referiu ainda ter sido verificada a existência de fundos disponíveis junto dos serviços de contabilidade para fazer face à revisão de preços.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP – 3 - Gestão da bacia do rio Ceira, bem como que o assunto seja presente à Assembleia Municipal para deliberação

final. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP – 3 – Gestão da bacia do rio Ceira.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.19 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 18/2025/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 15 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 13 – Em conformidade com o disposto na nos termos da na alínea d), do nº1, do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Orçamento Municipal nº 15 que importa na parte da despesa, 146.000,00 € tanto nos reforços como nas anulações, bem como a alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) Nº 13 que importa em 112.000,00 € tanto nos reforços como nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.20 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e quatro de setembro do ano em curso, no montante de quatro milhões, setenta e quatro mil, cento e sete euros, cinquenta e cinco cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; MUNICÍPIO DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO; UNIDADE PASTORAL DE GÓIS/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO/RATIFICAÇÃO; HOMENAGEM A MONSENHOR NUNES PEREIRA POR OCASIÃO DOS 120 ANOS DO SEU NASCIMENTO E DOS 25 ANOS DA SUA MORTE; CONSELHO LOCAL DE SAÚDE MENTAL/ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GÓIS; PROTOCOLO NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA CHRONOSPHERE – MUSIC FESTIVAL; HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO RURAL DE DUAS PARCELAS DE PRÉDIO RÚSTICO TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE GÓIS; EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2025/450.30.003/95/RATIFICAÇÃO; OBRAS PARTICULARES/PROCESSO Nº 2025/450.10.235/3/RATIFICAÇÃO; CIRCULAR EXTERNA CARVALHAL DOS POMBOS” – RECEPÇÃO DEFINITIVA/PROCESSO Nº OCP-GOI-03/2011; RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS DE JUNHO DE 2017” PARTE A)/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº OCP-GOI/33/2017; LARGO MANUEL FRANCISCO MARTINS,



ALDEIA DA CABREIRA/MARCAÇÃO DE VISTORIA/PROCESSO Nº 2021/300.10.001/6; “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - UNIÃO DE FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL - REVISÃO DE PREÇOS, CONTA FINAL DA EMPREITADA E AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/12; “FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA (FSUE) – APOIO NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS QUE AFECTARAM O NORTE E O CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 15 DE OUTUBRO DE 2017” - RESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - REPARAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS (REPARAÇÃO DE REDE VIÁRIA) - FREGUESIAS DE GÓIS E VILA NOVA DO CEIRA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE VALORES RETIDOS/CONTA FINAL DA EMPREITADA/REVISÃO DE PREÇOS/PROCESSO Nº 2019/300.10.001/11; PROCEDIMENTO PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONSULTA PRÉVIA PARA PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A COMAREIRA, AIGRA NOVA, AIGRA VELHA, PENA, ALVARES, CHÃ DE ALVARES, CORTES, CABREIRA E COLMEAL E APRESENTAÇÃO DE ORU PARA AS ARU DE ALVARES, CABREIRA E CORTES; PROJETO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA ALICE SANDE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO; EEA GRANTS - PDP-3 RIO CEIRA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PDP – 3 - GESTÃO DA BACIA DO RIO CEIRA; MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 18/2025/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 15 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 13.-----

-----O senhor Presidente terminada a última reunião descentralizada deste Mandato agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e restantes órgãos a receção, não somente na presente data, mas também em outras ocasiões, pelo que ficamos todos reconfortados por percebemos ser sempre uma mais valia a realização de uma reunião descentralizada, porquanto permite às pessoas que residem nas freguesias em que a reunião se efetua poderem participar de uma forma mais ativa. Prevaleceu-se para agradecer ao Executivo todo o trabalho realizado ao longo deste Mandato pela forma concordada com que os trabalhos decorreram. -----



-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
